

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

**REQUERIMENTO N.º , DE 2019.
(Do Dep. Frei Anastácio).**

Requer a realização de Mesa-Redonda na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, para debater o tema: “Áreas de risco de conflitos por iminência de despejos no Estado da Paraíba”.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, com base no disposto pelo artigo 24, Inciso XIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o Art. 2º e o § 1º do Art. 3º do Ato da Mesa nº 33, de 11 de abril de 2012, seja realizada Mesa-Redonda na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, para debater sobre as áreas de risco de conflitos com iminência de despejos no Estado da Paraíba, com os seguintes nomes:

1. Dilei Schiochet - Coordenação do MST;
2. Saulo Dantas – advogado do MST – PB;
3. OLÍMPIO rocha – Advogado do MST – PB;
4. DR José Godoy - Procurador do Ministério Publico Federal;
5. Tânia Maria de Sousa- Coordenação da Comissão Pastoral da Terra da Paraíba;
6. João Muniz da Cruz- Coordenação da Comissão Pastoral da Terra;
7. Rafael Reginaldo - Coordenação da Comissão Pastoral da Terra;
8. Diego Henrique- advogado da Comissão Pastoral da Terra;
9. Neide Nunes- Secretária da Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba.

JUSTIFICAÇÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

O acesso à moradia se constitui como um direito fundamental de acordo com o art. 6º da Constituição Brasileira. Além disso, a moradia é um direito humano a ser promovido pelos órgãos públicos e entidades privadas, como dispõe os Tratados Internacionais de Direitos Humanos assinados pelo Estado Brasileiro, especialmente o Pacto Internacional dos Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC) e os Comentários Gerais nº 4 e 7 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU).

No Estado da Paraíba há diversas áreas com ordem de despejo e um grande risco de ocorrerem diversos conflitos. É de extrema urgência que este tema seja debatido com autoridades locais, sobretudo com a temática das situações de violação de direitos. Necessário se faz também reunir órgãos públicos locais para dialogar entre moradores destas áreas de risco, a Prefeitura e o Governo do Estado para a eliminação da prática de despejos. Precisamos levar em consideração que os problemas sociais da pobreza e da segregação sócio-espacial nunca devem ser resolvidos com atos de violência.

O presente requerimento para realização de Mesa Redonda na Assembleia de João Pessoa é uma oportunidade para discutir sobre as áreas de risco de conflitos com iminência de despejos no Estado da Paraíba, assim como assegurar direitos as diversas famílias que vivem nestas áreas e dar solução viável aos processos de despejos.

Nesse sentido, rogo o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 2019

**Deputado Frei Anastácio
PT/PB**